

Mudanças no Carf aumentarão ações nos tribunais, diz advogado

As alterações no funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais terão como consequência um grande aumento no número de ações tributárias judiciais. Essa é a opinião do advogado **Roberto Quiroga**, sócio do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados.

No evento de lançamento do Tax Executives Institute (TEI) na América Latina, ocorrido nessa quinta-feira (30/7) em São Paulo, o tributarista afirmou que uma das razões que podem levar contribuintes a fugir do órgão é a suspeita de corrupção dos conselheiros, algo denunciado pela Polícia Federal na operação apelidada de zelotes.

Reprodução



Quiroga aponta uma possível queda na qualidade dos julgamentos do Carf. Reprodução

Por causa disso, o Carf tende a endurecer os julgamentos para favorecer ainda mais o Fisco, analisou Quiroga, lembrando que 96% das autuações fiscais de 2010 julgadas até 31 de dezembro de 2014 foram mantidas pelo órgão, e que em 75% das vezes o valor da autuação foi confirmado pelos conselheiros.

Outro motivo de uma possível preferência dos contribuintes pelo Judiciário é a queda de qualidade que deve ocorrer nas decisões do tribunal, aponta Quiroga. Isso por três razões. A primeira é a regra de que os processos devem ser julgados em até cinco meses, o que apressará as análises dos julgadores. A segunda é o julgamento de bloco de determinadas matérias, algo que é bom no Judiciário, mas nem sempre no processo administrativo, que dá mais peso às matérias fáticas. A terceira é a proibição de conselheiros advogarem, que pode levar pessoas sem expertise tributária ao órgão.

Problemas judiciais

O problema é que o Judiciário e as leis processuais não têm condições de lidar com processos tributários envolvendo grandes valores com a mesma eficiência do antigo Carf, disse Quiroga. Segundo o advogado, as garantias processuais tornam “absolutamente impossível” que empresas contestem autuações do Fisco na Justiça, uma vez que isso impactaria fortemente o Capex (investimento) e as provisões para perdas.



Além disso, ele destacou que a demora de sete a dez anos para que as cortes profiram uma decisão de mérito pode engessar os planos de expansão das companhias.

Compliance tributário

No mesmo evento, o sócio da PricewaterhouseCoopers **Manuel Marinho** citou estudo feito pela instituição em conjunto com o Banco Mundial que coloca o Brasil no topo do ranking de horas despendidas com *compliance* tributário. No país, é preciso gastar 2,6 mil horas para cumprir todas as exigências fiscais. O segundo país na lista é Bolívia, com mil horas.

De acordo com Marinho, esse dado tem uma explicação histórica, que é a de que as diferentes esferas de poder (federal, estadual e municipal) foram empilhando tributos com o passar do tempo sem procurar racionalizar o funcionamento do sistema e eliminar contradições e duplicidades.

Date Created

31/07/2015